BE NEWS

TERÇA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2022 | ANO 1 | Nº 257 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO

TCU Quase 90% das obras fiscalizadas apresentam irregularidades graves ▸**p3**

SÃO PAULO Aplicativo promete agilizar comunicação de ocorrências em portos ▸**p5**

MARANHÃO Chegam peças de foguete que será lançado da base de Alcântara ▸**p6**

Gargalos ainda afastam investidores estrangeiros, segundo ApexBrasil

Em live promovida pelo Brasil Export, o chefe da Divisão de Investimentos da agência, João Daniel Ruettimann, apontou problemas como insegurança jurídica e falta de projetos estruturados ▸**p4**

EDITORIAL

Avanço tecnológico

A segurança e o combate a acidentes e outras ocorrências nos portos de Santos e São Sebastião, ambos no Litoral de São Paulo, ganharam um reforço importante na tarde dessa segunda-feira, dia 12, com o lançamento de um aplicativo para agilizar a comunicação desses fatos. O evento ocorreu na cidade de Santos, na sede do posto avançado local da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A ferramenta foi desenvolvida pela Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai-SP).

Conforme reportagem publicada na edição desta terça-feira, dia 13, do **BE News**, a utilização do aplicativo "agilizará a comunicação entre terminais e autoridades portuárias no momento das ocorrências, acelerando as ações conjuntas e minimizando possíveis desencontros de informações".

É cada vez mais importante a digitalização de processos e a informatização no setor portuário, como forma de agilizar atividades, reduzir custos e garantir uma maior confiabilidade nas informações. E certamente no combate a acidentes e incidentes de segurança, essa estratégia ganha maior importância. A questão é que tal iniciativa não deve se resumir à área da segurança. É importante que o uso da tecnologia avance, de modo que outros setores possam ter seus procedimentos agilizados.

A iniciativa da Cepai-SP, ao desenvolver esse app, é elogiável e deve servir de exemplo para outros setores portuários e, ainda, outros portos. Que esse segmento invista e amplie cada vez mais sua digitalização, que garante maior eficiência e agilidade operacional e, dessa forma, em última análise, torna os complexos marítimos mais competitivos.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
Divulgação

▲ CAPA
4 ApexBrasil enumera gargalos para entrada de investidores estrangeiros no país

HUB
3 TCU vota desestatização do Porto de Santos hoje, mas projeto não deve avançar no Governo

NACIONAL
3 Quase 90% das obras fiscalizadas pelo TCU apresentam irregularidades graves

4 Integrantes do Brasil Export recebem hoje a Medalha Mauá

REGIÃO SUDESTE
5 Companhia Docas do Rio de Janeiro lança nome fantasia 'Portos Rio'

Aplicativo promete agilizar comunicação de ocorrências em portos de SP

REGIÃO NORDESTE
6 Maranhão começa a receber peças do foguete que será lançado de Alcântara

Capitania dos Portos do MA celebra formação de novos profissionais de convés

REGIÃO SUL
7 APM Terminals seguirá operando no Porto de Itajaí

REGIÃO CENTRO-OESTE
7 Produção de soja em Mato Grosso do Sul tem aumento de quase 50%

BE NEWS

www.portalbenews.com.br

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas
ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas,
escreva um e-mail para
atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News.
Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

NACIONAL

HUB
LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Desestatização 1
O processo de desestatização do Porto de Santos será votado hoje, dia 13, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). A tendência é que os ministros sigam o voto do relator e, mesmo com a determinação de ajustes ao projeto, aprovem a proposta. Mas não está descartado que algum integrante da Corte de Contas venha a pedir vistas ao texto. De qualquer forma, já há um acordo entre a atual gestão do Ministério da Infraestrutura e a equipe de transição do Governo Federal de que essa privatização não vai avançar. Assessores do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva já informaram que querem analisar com calma o modelo adotado. A princípio, para Santos, o principal porto do Brasil, eles defendem a desestatização de serviços de apoio à gestão do complexo, como a administração da dragagem de manutenção.

Desestatização 2
Nessa segunda-feira, dia 12, às vésperas do TCU votar o projeto de desestatização do Porto de Santos, o governador eleito de São Paulo, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas, defendeu a proposta. E destacou que "não tem porque adiar processo que está tão adiantado". Para ele, o Estado deve ter capacidade de investimento, mas deve desvincular receitas para destravar projetos públicos em infraestrutura. Foi durante a gestão de Tarcísio na pasta que o projeto da desestatização santista foi elaborado.

Compensação portuária
Começa a tramitar no Senado o Projeto de Lei (PL) n. 2.631/2022, que, se sancionado, irá destinar ao menos 1,5% da receita dos portos delegados pela União aos municípios impactados pelas atividades do complexo marítimo, como uma forma de compensação. O texto é do senador Flávio Arns (Podemos-PR). O objetivo, segundo ele, é combater a "grave injustiça social" que afeta essas cidades, "ao inserir um dispositivo naquele diploma legal para autorizar a destinação de até 1,5% da receita auferida nos portos delegados para fins de compensação dos municípios impactados pela atividade portuária. Com isso, os portos brasileiros poderão dar cumprimento aos seus objetivos de desenvolvimento econômico sustentável, pautados no compromisso com a sociedade e com as futuras gerações".

Quase 90% das obras fiscalizadas pelo Fiscobras apresentam irregularidades graves

Das 34 obras fiscalizadas, três receberam recomendação de paralisação. Trinta apresentaram indícios de irregularidade grave

Divulgação

Em dezembro de 2021, o governo abriu o processo de caducidade da ViaBahia, responsável pela BR-116/BA

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Quase 90% das obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) possuem indícios de irregularidades graves. As conclusões são da 26ª edição do Plano Anual de Fiscalizações de Obras Públicas (Fiscobras) do órgão, aprovado na semana passada.

O documento tem o objetivo de verificar o processo de execução de obras públicas financiadas total ou parcialmente com recursos da União. A edição trouxe a análise de 34 empreendimentos de infraestrutura distribuídos em quatro regiões do país.

Entre os empreendimentos listados, estão obras importantes como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), a Usina Nuclear de Angra III, o Cinturão das Águas do Ceará, além de rodovias nos Estados da Bahia, do Pará, do Paraná, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Segundo o relatório, os resultados revelam baixa performance geral no controle das obras públicas, "quer em andamento ou paralisadas, por meio de sistemas informatizados, pelos segmentos da administração pública avaliados".

Para se ter uma ideia, das 34 obras analisadas, 30 (88,2%) possuem indícios de irregularidades graves. Além disso, três fiscalizações com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) identificados em exercícios anteriores. São elas: adequação do trecho rodoviário na BR-116/BA; obras de construção da BR-040/RJ; e obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS.

No caso da BR-116/BA, os problemas foram detectados pelo tribunal já em 2018. À época, foram apontados que os projetos executivos de geometria, obras complementares e concepção de passarelas e de pavimentação estavam em desconformidade com as premissas do edital, e que o projeto executivo era deficiente pela não apresentação de todos os componentes necessários.

Na BR-040/RJ, os problemas são datados de 2015, e incluem projeto básico e executivo desatualizados e deficientes, sobrepreço no fluxo de caixa marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSLL e da base de cálculo do IRPJ e da CSLL e sobrepreço no orçamento da obra.

Em relação à BR-290/RS, em 2016, houve indicação de superfaturamento no cálculo da remuneração das obras, segundo o TCU. Em todos os casos, a reavaliação, em 2022, manteve a indicação de suspensão de paralisação.

Inovações e sugestão à LOA
O relatório de 2022 trouxe informações sobre o panorama das obras públicas, tais como: a visão geral das obras na LOA 2022 e a perspectiva para 2023; o universo de obras públicas federais no Brasil; e o diagnóstico setorial das obras.

Além da pesquisa na LOA, o Fiscobras 2022 utilizou-se da base de detalhamentos de ações orçamentárias, disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), para refinar a identificação. Com base nessa metodologia, foi identificada a dotação total de R$ 101,1 bilhões para ações relacionadas com obras ou serviços de engenharia na LOA de 2022.

Confira os principais dados do relatório:

- 34 fiscalizações distribuídos nos seguintes setores: nove em rodovias; seis em saneamento/habitação; cinco em hídricas (barragens, açudes, adutoras e canais); quatro em edificações; três em ferrovias; três em aeroportos; e quatro em refinaria, energia, metroviárias, produção de petróleo;
- 30 fiscalizações, ou 88,2% do total, com indícios de irregularidade grave;
- Três fiscalizações com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP) identificados em exercícios anteriores. São elas: adequação do trecho rodoviário na BR-116/BA; obras de construção da BR-040/RJ; e obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS;
- R$ 39 bilhões fiscalizados com dotação orçamentária abrangida de R$ 35 bilhões;
- 12 estados em quatro regiões;
- Sudeste com maior volume de recursos fiscalizados: R$ 33 bilhões em oito empreendimentos;
- Analisadas informações sobre obras públicas nos setores de desenvolvimento urbano, saneamento básico, habitação, mobilidade urbana, educação, proteção e defesa civil e alguns segmentos de saúde;
- No setor de mobilidade urbana, 3.482 contratos foram classificados como "em execução", sob gestão da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, com valores gastos da ordem de R$ 3,8 bilhões. O montante da Lei Orçamentária Anual (LOA) ao setor foi de R$ 76 milhões;
- Sete unidades técnicas especializadas do TCU envolvidas no trabalho.

NACIONAL

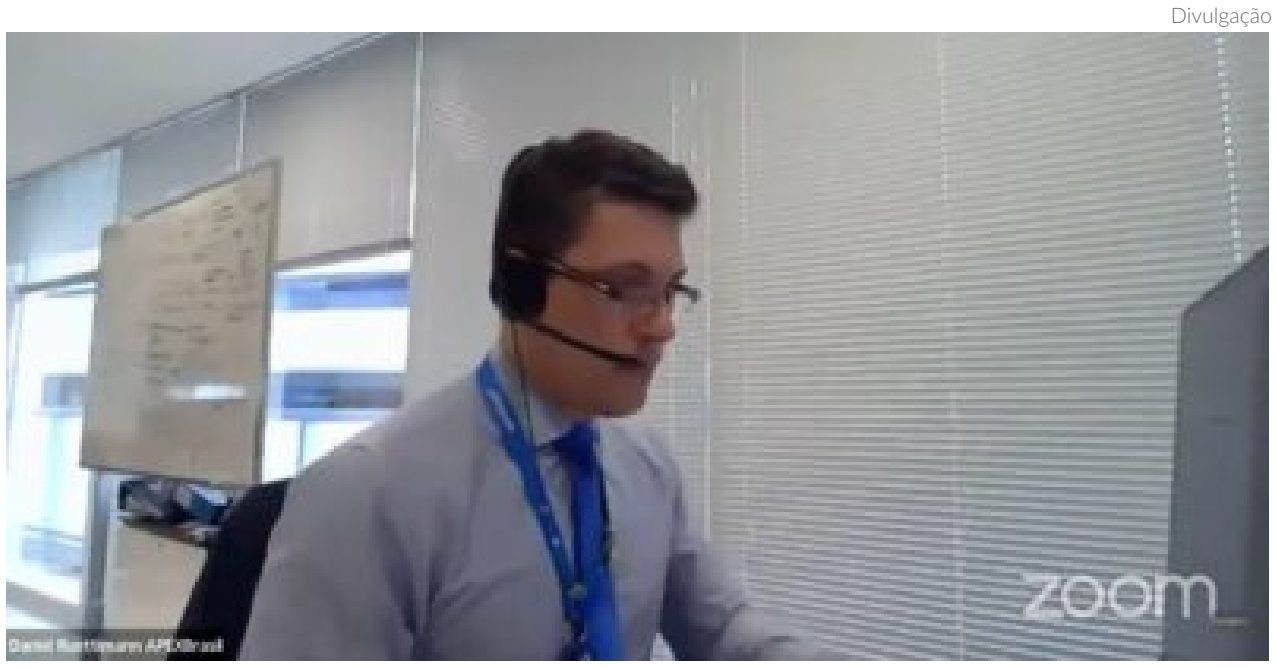
BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

ApexBrasil enumera gargalos para entrada de investidores estrangeiros no país

Para chefe da Divisão de Investimentos da agência, alguns problemas detectados ainda não foram precificados pelo mercado internacional

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Divulgação



João Daniel Ruettimann participou da live especial "Captação de Investimentos estrangeiros para o setor de Infraestrutura" promovida pelo Brasil Export

Insegurança jurídica, Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) alto e falta de projetos estruturados. Esses são os principais gargalos apontados pelo chefe da Divisão de Investimentos da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), João Daniel Ruettimann, para a entrada de novos investidores internacionais no Brasil.

Ele deu essa declaração durante a live especial "Captação de Investimentos estrangeiros para o setor de Infraestrutura" promovida pelo Brasil Export, ontem (12). Segundo Ruettimann, problemas como a definição de competências para regulação de projetos ainda não foram precificados pelo mercado internacional.

"No ambiente de negócios brasileiro a insegurança jurídica é um ponto fundamental. A sobreposição de competências ainda não foi pacificada do ponto de vista do investidor estrangeiro, particularmente na questão do licenciamento ambiental. Portanto, é ainda uma questão de insegurança", disse.

Ainda de acordo com o chefe da Divisão de Investimentos, é preciso que o WACC, que é a taxa que mede a remuneração requerida sobre o capital investido em um determinado ativo, tenha valores muito altos. Portanto, projetos sem retornos excepcionais são praticamente descartados pelo mercado internacional.

"Outra coisa é o custo ponderado médio de capital que é contado. Isso significa que, infelizmente, quando temos esse custo alto, o retorno esperado de um projeto tem que ser excepcional. Isso já elimina uma série de projetos que podem fazer sentido para o investidor doméstico, mas para o internacional não faz", explicou.

O terceiro motivo é a falta de projetos bem estruturados que já podem ser apresentados em roadshows internacionais. A causa é a falta de verba para investir na estruturação dos modelos de concessão ou autorização.

"Não temos liquidez suficiente para fases de estruturação do projeto até que ele faça a originação, ou seja, o fundraising lá fora. Para se fazer um projeto é preciso gastar dinheiro e, portanto, essa questão é mais um gargalo, uma vez que há falta de projetos bem estruturados para atrair esse capital", falou.

Apesar dos gargalos, João Daniel Ruettimann acredita que as reformas feitas em leis importantes como o BR do Mar, Nova Lei de Licitações, Marco das Ferrovias, Lei das Agências Reguladoras e novo Marco da Securitização tragam efeitos positivos na atração de investimentos internacionais.

"O perfil de risco brasileiro, ainda mais para contratos de longo prazo e que lidam com infraestrutura, é sempre tema de debate. Esperamos que essas novas reformas tragam a mudança de paradigma e reflitam na percepção e na realidade dos projetos estruturados aqui", disse.

Chamamento público

A live contou ainda com a presença do analista de Investimentos Internacionais, na ApexBrasil, Marcos Vale. O executivo falou que a agência estruturará uma ferramenta de chamamento público para atrair interessados a ter um cadastro permanente de busca de investimentos de interesse. Atualmente a ApexBrasil estrutura uma carteira para investidores somente quando é provocada.

"Ainda não estruturamos um chamamento público para formar um cadastro. Mas é uma atividade que iremos estruturar no primeiro trimestre. Iremos criar critérios e um modo de entrada permanente. Por hora ainda temos um processo reativo, onde a procura é feita pelas empresas com dados iniciais. A partir daí fazemos o nosso trabalho para encontrar o mínimo necessário para que o investidor tenha apetite", explicou.

Integrantes do Brasil Export recebem a Medalha Mauá em Brasília

Honraria é o mais importante reconhecimento de serviços prestados ao progresso do setor de transportes no país

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Membros do Brasil Export receberão hoje (13), em Brasília (DF), uma das maiores honras para quem desenvolve o transporte no país: a Medalha Mauá. Ao todo, oito integrantes do Fórum serão condecorados, entre eles o próprio CEO do Fórum, Fabricio Julião. O evento, promovido pelo Ministério da Infraestrutura, tem início às 19 horas, no Clube Naval.

A Medalha do Mérito Mauá foi criada pelo Decreto no 55.475,/1965 e restabelecida pelo Decreto no 3.047, de 6 de maio de 1999. É uma condecoração criada para laurear pessoas físicas ou jurídicas, civis ou militares, nacionais ou estrangeiras que, de forma determinante, tenham contribuído para o desenvolvimento e progresso do Setor Transporte.

> A MEDALHA MAUÁ FOI CRIADA PARA LAUREAR PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, CIVIS OU MILITARES, NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS QUE, DE FORMA DETERMINANTE, TENHAM CONTRIBUÍDO PARA O DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DO SETOR TRANSPORTE

Além do CEO do Brasil Export, serão condecorados o presidente da Intermarítima Portos e Logística SA, Roberto Oliva, o diretor do Grupo Agemar, Manoel Ferreira, o gerente-geral de Logística da Eldorado Brasil, Flávio da Rocha Costa, presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, o CEO da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda, a presidente da Companhia Docas do Ceará, Mayhara Chaves e o presidente do conselho nacional do Brasil Export, José Roberto Campos.

Divulgação/Brasil Export

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, será um dos oito integrantes condecorados com a Medalha Mauá hoje à noite, no Clube Naval

REGIÃO SUDESTE

Companhia Docas do Rio de Janeiro lança nome fantasia 'Portos Rio'

Objetivo é fortalecer a imagem corporativa no setor portuário, com foco no desenvolvimento sustentável e na satisfação dos usuários dos seus portos

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Nome fantasia e logomarca foram lançados na manhã de ontem (12), no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro

A INICIATIVA FAZ PARTE DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA, QUE MANTÉM SUA RAZÃO SOCIAL COMO COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, lançou, na manhã de ontem (12), no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o seu novo nome fantasia "Portos Rio" e logomarca.

A iniciativa faz parte do processo de modernização e reposicionamento estratégico da Autoridade Portuária, que mantém sua razão social como Companhia Docas do Rio de Janeiro. O site oficial já está de layout novo, inclusive no domínio (www.portosrio.gov.br).

"A nova marca reflete o trabalho técnico, sério e incansável desenvolvido pelas equipes administrativas e operacionais em dezenas de ações e projetos executados no intuito de aperfeiçoar os processos da companhia e modernizar a infraestrutura dos portos que administra, o que nos levou a alcançar mais eficiência, agilidade, transparência e competitividade", afirmou o diretor-presidente da 'Portos Rio', Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira.

Segundo nota da companhia, ao implementar o nome fantasia, o objetivo é "evidenciar a nova realidade da gestão da Autoridade Portuária; reforçar a relevância da 'Portos Rio' junto aos stakeholders; resgatar o autêntico papel de uma Autoridade Portuária; fortalecer sua imagem corporativa no setor portuário, com foco no desenvolvimento sustentável e na satisfação dos usuários dos seus portos; e mostrar seu olhar para o futuro, visando ser referência no Hemisfério Sul".

Processo de criação

O primeiro passo da consultoria contratada para a escolha de naming (novo nome) e branding (nova marca) foi a elaboração de uma pesquisa junto aos empregados da companhia para entender a percepção sobre a marca atual e os fatores considerados mais relevantes.

Os colaboradores também puderam sugerir um novo nome para a empresa. Em seguida, as sugestões foram analisadas junto com os nomes propostos pela consultoria.

Com o nome eleito pela diretoria executiva da CDRJ, a empresa contratada passou para a etapa de criação do logotipo e identidade visual. A diretoria selecionou, então, três opções de logomarca para votação junto aos empregados da companhia. A opção mais votada foi também a escolhida pela diretoria.

Segundo o diretor de Negócios e Sustentabilidade, Jean Paulo Castro e Silva, "a nova logomarca traduz não somente o tipo de negócio, mas também um conceito institucional de mudança, de foco nos serviços, de envolvimento com o mercado cada vez mais globalizado, e o acréscimo da cor verde aos tons de azul herdados da marca anterior, denotam um avanço, uma adequação, a preocupação com a sustentabilidade, principalmente com relação ao mar, intimamente ligado ao negócio da companhia".

Aplicativo agilizará comunicação de ocorrências em portos de SP

Ferramenta voltada à segurança portuária foi lançada ontem pela Antaq e Cepai-SP

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Os terminais localizados nos portos de Santos e São Sebastião, no litoral paulista, contarão com um aplicativo que agilizará a comunicação de ocorrências no âmbito da segurança. A ferramenta foi lançada pela Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai-SP), na tarde de ontem (12), no Auditório do Posto Avançado da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Santos.

Segundo a Antaq, que coordena os trabalhos da comissão, o uso do aplicativo "agilizará a comunicação entre terminais e autoridades portuárias no momento das ocorrências, acelerando as ações conjuntas e minimizando possíveis desencontros de informações".

O aplicativo foi desenvolvido pela WA Sistemas e Aplicativos para dar celeridade à troca de informações sobre ocorrências nos dois complexos portuários paulistas.

Representam o Cepai-SP o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Marinha do Brasil; Exército Brasileiro; Polícia Federal do Brasil; Receita Federal do Brasil; Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Polícia Militar do Estado de São Paulo; Policiamento Rodoviário do Estado de São Paulo; Defesa Civil do Estado de São Paulo; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb); Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp); Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra); Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL); Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Santos Port Authority (SPA); e Comissão de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário (CPATP) e terminais convidados.

Divulgação/SPA

O aplicativo foi desenvolvido para dar celeridade à troca de informações sobre ocorrências nos portos de Santos (foto) e São Sebastião

REGIÃO NORDESTE

Maranhão começa a receber peças do foguete que será lançado de Alcântara

Lançamento deve ocorrer entre os dias 19 e 21 deste mês por empresa espacial sul-coreana

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Divulgação/Governo do Maranhão

Algumas peças do foguete chegaram da Coreia do Sul por avião e outras por via terrestre, vindas do Porto de Santos

"ESTE É UM PROJETO QUE É MUITO ESTRATÉGICO PARA O ESTADO DO MARANHÃO, COM A RETOMADA DOS LANÇAMENTOS DE FOGUETES E SATÉLITES PELA BASE DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA"

TED LAGO
presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária

O Maranhão começa a receber as primeiras peças e equipamentos do foguete que será lançado de Alcântara, entre os dias 19 e 21 deste mês, pela empresa espacial sul-coreana Innospace.

O transporte foi dividido. Algumas peças foram trazidas de Seul, na Coreia do Sul, no cargueiro Boeing 747, um avião que está entre os maiores do mundo, com altura de 16,3 metros, um metro de diâmetro e peso de 9,2 toneladas. Após a chegada no Aeroporto Internacional de São Luís Marechal Cunha Machado, os equipamentos foram enviados ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), sob a supervisão geral do diretor da empresa coreana, Élcio Oliveira.

O restante das peças do foguete chegou por via terrestre em São Luís, na noite de domingo (4), vindas do Porto de Santos (SP). Foram nove carretas trazendo a base de lançamento mais o erector (equipamento usado para levantar o foguete para a posição vertical), além de dois contêineres com a central de controle de lançamento e a central de controle de combustível. Houve uma operação especial, com o acompanhamento de representantes do Governo do Maranhão, para o envio por ferry boat ao Centro de Lançamento de Alcântara.

Ted Lago, presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que administra o Porto do Itaqui, reuniu-se, no dia 4, com o secretário de Estado da Indústria e Comércio (Seinc), Cassiano Pereira Junior, e com o gerente da empresa Intertrade, Ricardo Lima, para alinhamento das informações da operação do transporte das peças até Alcântara.

"Este é um projeto que é muito estratégico para o estado do Maranhão, com a retomada dos lançamentos de foguetes e satélites pela Base de Lançamento de Alcântara. O Porto do Itaqui trabalha em parceria com a Seinc dando suporte ao projeto", explicou Lago.

O secretário Cassiano Pereira Junior disse que é de grande importância o acompanhamento de perto do Governo do Maranhão, pois o início da atividade industrial aeroespacial é um momento histórico para a região.

"Muitas oportunidades serão criadas com a instalação da indústria aeroespacial no Maranhão. Essa é uma área que abrange um campo amplo de atividades com aplicações nas áreas comercial e industrial. É um segmento que envolve várias cadeias: pesquisa, projeto, fabricação e operação de aviões, foguetes e outros veículos de transporte aéreo e espacial – todas são oportunidades de ampliação do desenvolvimento do Maranhão", destacou Cassiano.

OPERAÇÃO INÉDITA

Esta é a primeira vez que uma empresa privada enviará um foguete ao espaço a partir de Alcântara. A possibilidade surgiu em maio deste ano, quando a Innospace, startup espacial sul-coreana para pequenos veículos lançadores, assinou um acordo com o Departamento Brasileiro de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) para lançar o SISNAV, um projeto de sistema de navegação inercial apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Brasileiro (Finep) e pela Agência Espacial Brasileira (AEB).

Segundo informações da Innospace, o voo de teste suborbital irá validar o motor de primeiro estágio do HANBIT-Nano, que é um pequeno lançador de satélites de dois estágios, capaz de transportar uma carga útil de 50 kg.

O HANBIT-TLV levará a bordo a carga SISNAV, um sistema de navegação inercial que está sendo desenvolvido. Eles verificarão se o SISNAV opera bem em ambientes específicos, com vibração, choque e alta temperatura, comuns em todo o processo, desde a decolagem até o voo transatmosférico.

Capitania dos Portos do MA celebra formação de novos profissionais de convés

Trinta concludentes foram habilitados para a função de moço de convés

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A Capitania dos Portos do Estado do Maranhão (CPMA) promoveu no início deste mês a entrega das Cadernetas de Inscrição e Registro do Curso de Formação de Aquaviários Moço de Convés (CFAQ-MOC), realizado em São Luís, capital do Estado, no período de 15 de agosto a 30 de novembro de 2022. Trinta marítimos foram habilitados para a função.

Este profissional faz parte da equipe de convés de um navio, que inclui os marítimos responsáveis pela navegação, estiva e a manobra geral da embarcação. Ele realiza a limpeza, a pintura e manutenção a bordo tanto de convés e camarotes, como de paióis, além de auxiliar em tarefas como execução de manobras, serviços de conservação e atendimento às demandas do comandante da embarcação.

Durante a cerimônia de formação, o Capitão dos Portos do Maranhão, CMG Alexandre Roberto Januário, destacou que "para a Capitania é um dia especial, pois se encerra o Curso de Formação de Aquaviários Moço de Convés, cuja finalidade principal foi habilitar os profissionais do mar para desempenhar funções no nível de apoio, serviço de quarto de navegação, em embarcações na navegação costeira e mar aberto".

O capitão também ressaltou a importância das responsabilidades dos novos profissionais. "Agora que todos vocês estão habilitados e conscientes das responsabilidades para conduzir as embarcações com plena segurança, desejamos sorte e esperamos que encontrem sempre mares calmos e ventos brandos, soprando de popa".

A solenidade foi presidida pela Tenente Fonteles, chefe do Departamento do Ensino Profissional Marítimo da CPMA. A mesa foi formada pelo professor José Guedes, Tamara Nubia Duarte e Valdina Borges (representando a Soamar-MA) e o Primeiro-Sargento Almeida. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, a cerimônia continuou com a chamada nominal dos 30 novos aprovados no curso.

Antes do encerramento do evento, foi feita a entrega de uma premiação especial aos alunos que se destacaram no curso.

REGIÃO SUL

APM Terminals seguirá operando no Porto de Itajaí

Empresa assina contrato provisório para o arrendamento da área A (berços 1 e 2), que passa a valer a partir de janeiro

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Marcelo Roggia (PMI)

Da esquerda para a direita, o documento foi assinado pelo diretor-superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Junior, e pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni

A APM Terminals continuará operando contêineres nos berços 1 e 2, do Porto de Itajaí, em Santa Catarina. O contrato provisório de arrendamento com a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) foi assinado na última sexta-feira (9). A assinatura ocorreu praticamente um mês após a SPI anunciar a continuidade das operações da companhia a partir de 2023, após entendimento entre as partes envolvidas. O contrato atual encerra no final deste mês.

O documento foi assinado presencialmente pelo diretor-superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Junior, e pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni. Já o superintendente da SPI (autarquia municipal que administra o porto), Fábio da Veiga, assinou de forma eletrônica, pois está em viagem.

"A assinatura desse contrato é fundamental para a manutenção dos trabalhos em nosso porto enquanto o Governo Federal não conclui o processo de desestatização do terminal, que definirá o novo operador portuário de Itajaí para próximas décadas", afirmou Morastoni.

Já Aristides Junior disse que a empresa sempre dialogou com as autoridades locais e federais, com intuito de encontrar a melhor alternativa. "Agora, com a segurança de que estaremos operando em 2023, podemos voltar ao mercado e reposicionar Itajaí como uma ótima opção aos nossos clientes", declarou.

A saída da APM Terminals geraria um grande impacto na economia local. A companhia é responsável por toda a movimentação de contêineres do Porto de Itajaí. Em 10 de novembro, o superintendente do complexo portuário divulgou nota esclarecendo sobre o consenso com a empresa. "Primando em especial pelo equilíbrio entre a continuidade das operações e a saúde financeira da Superintendência do Porto de Itajaí, mantivemos conversações com a APM Terminals, incessantemente no ano de 2022, que consciente com o impacto na cidade, através de seu diretor-supe-rintendente, Sr. Aristides Russi Jr., fez um esforço e aumentou sua primeira proposta, no valor de R$500.000,00, anterior à publicação do edital seletivo, em 460%, chegando ao valor mensal de R$ 2.300.000,00", disse Veiga no comunicado.

Processo seletivo

Em agosto, após a APM Terminals manifestar que não pretendia renovar o contrato de arrendamento, a SPI publicou dois processos seletivos simplificados visando selecionar a melhor proposta para exploração do terminal de contêineres ("A", berços 1 e 2) e os berços 3 e 4, de carga geral. Segundo a SPI, as seleções foram abertas porque o edital de leilão para a desestatização do Porto de Itajaí não foi lançado em junho pelo Ministério da Infraestrutura, conforme estava previsto.

A CTIL Logística Ltda. venceu o certame para o arrendamento transitório do terminal de contêineres (área "A"), porém, após o aceno positivo da APM Terminals, foi procurada pela SPI para um entendimento. "Todos os entes envolvidos neste processo, sendo a Superintendência do Porto de Itajaí, Município de Itajaí e CTIL Logística Ltda., mantiveram um diálogo transparente e profícuo, e, acima de tudo, objetivando sempre em prol do melhor da cidade, garantindo e dando continuidade de segurança socioeconômica a todos que estão envolvidos na atividade portuária local", afirmou o superintendente no comunicado.

Hoje (13), a APM Terminals anunciará as projeções de suas operações para 2023, em entrevista coletiva a partir das 14 horas.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Produção de soja em Mato Grosso do Sul tem aumento de quase 50%

Essa será a maior produção estadual da oleaginosa, conforme dados da Conab

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL DEVE ALCANÇAR 13,35 MILHÕES DE TONELADAS, UM ACRÉSCIMO DE 49,4% EM RELAÇÃO À SAFRA DE 2021/22

A produção de soja em Mato Grosso do Sul deve alcançar 13,35 milhões de toneladas, um acréscimo de 49,4% em relação à safra de 2021/22. Essa também será a maior produção estadual da oleaginosa, conforme dados da série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), iniciada em 1977. Os números são do terceiro levantamento da safra de grãos, divulgado pela instituição, na última quinta-feira (8).

Com 98% da semeadura concluída até o final de novembro, os cultivos têm apresentado bom desenvolvimento e aproximadamente 20% das lavouras iniciaram as fases reprodutivas, o que exige regulares volumes de chuvas.

A estimativa da área estadual cultivada com soja apresenta um acréscimo de 5,8% em relação à safra passada, atingindo 3,76 milhões de hectares com a oleaginosa em Mato Grosso do Sul. Além disso, até o momento as condições climáticas estão permitindo uma expectativa de produção média de 3.549 kg/ha, o que representa uma recuperação de 41,2% em relação ao último ciclo, que foi fortemente prejudicado pelo clima adverso em dezembro e janeiro passados.

Divulgação

A soja corresponde a mais de 98% dos cultivos de grãos realizados na primeira safra em Mato Grosso do Sul. Em 15 de setembro, houve o início da semeadura das lavouras da safra 2022/23, momento que que, segundo o órgão, já havia boa umidade no solo e as precipitações seguiram frequentes e com bons volumes até o final de outubro, garantindo adequada germinação das plantas.

NACIONAL

Em âmbito nacional, a Conab estima um volume recorde para a safra 22/23, que pode chegar a 153,48 milhões de toneladas, acréscimo de 22,2% em relação à safra 21/22, ou 27,9 milhões acima.